

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone

Fax

Internet

55 (11) 3940-1500

55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da
Delga Indústria e Comércio S.A.
Diadema - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Delga Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas

1. Nosso relatório relativo às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conteve a seguinte modificação:

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, incluía em seu ativo na rubrica estoques o montante R\$ 10.246 mil referentes à planta de Ferraz de Vasconcelos, para o qual não foi possível certificarmos durante o acompanhamento de inventário físico quanto à correta existência desses estoques, conforme o inventário realizado no dia 07 de dezembro de 2013. Consequentemente, não foi possível satisfazermos quanto à adequação do saldo de estoques no montante de R\$ 10.246 mil em 31 de dezembro de 2013 por meio de outros procedimentos de auditoria. Uma vez que os estoques iniciais afetam a determinação do resultado e dos fluxos de caixa do exercício corrente, não nos foi possível determinar se seria necessário efetuar ajustes no prejuízo do exercício registrado na demonstração do resultado e nos fluxos de caixa de atividades operacionais registrados na demonstração dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 conteve modificação.

Em decorrência do assunto descrito acima, nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período corrente também inclui modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do período corrente e valores correspondentes.

2. Até o término de nossos exames, a Companhia não nos apresentou uma análise que suporte que os custos dos estoques de produtos em elaboração e acabados e, no montante de R\$ 24.722 mil serão realizados pelo seu valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2014. Adicionalmente, não conseguimos obter evidências suficientes de que os gastos gerais de fabricação estão sendo alocados de forma apropriada aos produtos em elaboração e acabados. Consequentemente, não nos foi possível efetuar procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto a valorização dos estoques de produtos acabados em 31 de dezembro de 2014, bem como os respectivos possíveis efeitos sobre o custo dos produtos vendidos.
3. A Companhia possui como parte de seu ativo imobilizado, valores associados ao imobilizado em andamento, os quais parte do seu custo estão relacionados a custos internos de pessoal no montante de R\$ 8.955 mil. A Companhia não nos forneceu as evidências relacionadas aos apontamentos de horas dos profissionais envolvidos, que nos permitisse avaliar se tais valores foram apropriadamente capitalizados como parte do custo dos ativos em andamento. Consequentemente, não nos foi possível efetuar procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir sobre a razoabilidade das adições no montante de R\$ 23.103 em obras em andamento em 31 de dezembro de 2014.
4. As práticas contábeis adotadas no Brasil exigem que as entidades avaliem os valores recuperáveis de seus ativos imobilizados quando houver alguma indicação que esse ativo tenha sofrido alguma desvalorização, sejam elas por condições internas ou externas. A atual situação de mercado, principalmente no segmento de negócio que a Companhia atua, trouxe uma redução significativa nos níveis de produção e consequentemente vendas. A Companhia não nos apresentou nenhum estudo que demonstrasse que seus ativos não tenham sofrido desvalorização. Consequentemente, não nos foi possível efetuar procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto a correta mensuração do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2014, bem como os respectivos possíveis efeitos sobre a depreciação no resultado do exercício.

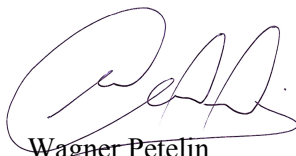
5. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía debêntures classificados no passivo não circulante no montante de R\$ 75.530 mil, para os quais o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples (Escritura) inclui cláusulas de “covenants”. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não cumpriu com os índices financeiros mínimos previsto na alínea “a” do inciso “XXIV”, do item 5.3.1.1 da Escritura apurado em 31 de dezembro de 2014, deixando assim de ter o direito incondicional de efetuar os pagamentos classificados como não circulantes após doze meses da data base das demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia dependia, conforme estabelecido na Escritura, de deliberação futura dos debenturistas. No entanto, a Companhia obteve anuência dos debenturistas em Assembleia realizada em 06 de agosto de 2015. Com base nesses documentos, a Administração da Companhia optou por não reclassificar o montante citado acima para o passivo circulante. Esse procedimento, em nosso entendimento, está em desacordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1). Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2014 o passivo não circulante está apresentado a maior e o passivo circulante está apresentado a menor em R\$ 75.530 mil.

Opinião com ressalvas

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, dos assuntos descritos nos parágrafos 1 a 4 acima e pela não reclassificação dos valores de empréstimos para o passivo circulante descrito no parágrafo 5, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Delga Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 28 de agosto de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Delga Indústria e Comércio S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.857	5.936	Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	43.232	59.605
Contas a receber de clientes	5	12.085	17.714	Fornecedores	11	36.612	39.839
Estoques	6	50.888	96.505	Obrigações trabalhistas e sociais	12	16.011	16.603
Ativo fiscal corrente	7	15.059	6.277	Obrigações fiscais e tributárias	13	4.841	289
Outros créditos		793	955	Parcelamentos de impostos	14	15.931	14.123
Total do ativo circulante		82.682	127.387	Outras contas a pagar		534	592
				Adiantamento de clientes	15	7.440	14.372
				Total do passivo circulante		124.601	145.423
Mútuos a receber de partes relacionadas	8	2.956	1.353	Fornecedores	11	-	3.282
Depósitos judiciais		1.957	2.104	Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	128.373	100.587
Outros créditos		123	123	Parcelamentos de impostos	14	17.357	22.534
Ativo fiscal não corrente	7	13.587	13.186	Passivo fiscal diferido	21	1.454	2.225
Total do realizável a longo prazo		18.623	16.766	Provisão para contingências	16	1.468	1.468
Imobilizado	9	201.327	182.622	Total do passivo não circulante		148.652	130.096
Intangível	9	752	758	Patrimônio líquido	17		
Total do ativo não circulante		220.702	200.146	Capital social		39.379	39.439
				Reservas de reavaliação		-	4.436
				Reserva de retenção de lucros		-	8.139
				Prejuízo acumulado		(9.248)	-
				Total do patrimônio líquido		30.131	52.014
Total do ativo		303.384	327.533	Total do passivo		273.253	275.519
				Total do passivo e patrimônio líquido		303.384	327.533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	18	430.184	435.788
Custos das mercadorias vendidas		<u>(424.417)</u>	<u>(397.882)</u>
Lucro bruto		<u>5.767</u>	<u>37.906</u>
Despesas administrativas e gerais	19	(15.403)	(14.678)
Outras despesas operacionais		(131)	(1.677)
Outras receitas operacionais		<u>11.779</u>	<u>939</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>2.012</u>	<u>22.490</u>
Despesas financeiras	20	(23.777)	(21.624)
Receitas financeiras	20	<u>3.509</u>	<u>6.358</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(20.268)</u>	<u>(15.266)</u>
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos		(18.256)	7.224
Imposto de renda e contribuição social	21	<u>771</u>	<u>(2.933)</u>
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		<u><u>(17.485)</u></u>	<u><u>4.291</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Resultado do exercício	<u>(17.485)</u>	<u>4.291</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(17.485)</u></u>	<u><u>4.291</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros			Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
				Reserva legal	Lucros retidos	Total		
Saldos em 1º de janeiro de 2013		39.319	4.608	257	3.459	3.716	-	47.643
Aumento de capital social	17	120	-	-	-	-	-	120
Realização da reserva de reavaliação	17	-	(172)	-	-	-	172	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	4.291	4.291
Destinações:								
Reserva legal	17	-	-	215	-	215	(215)	-
Dividendos							(40)	(40)
Retenção de lucros		-	-	-	4.208	4.208	(4.208)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		39.439	4.436	472	7.667	8.139	-	52.014
Redução de capital social	17	(60)	-	-	-	-	(4.338)	(4.398)
Realização da reserva de reavaliação	17	-	(4.436)	-	-	-	4.436	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(17.485)	(17.485)
Compensação de prejuízo com reservas		-	-	(472)	(7.667)	(8.139)	8.139	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>39.379</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.248)</u>	<u>30.131</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos	(18.256)	7.224
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	8.862	7.203
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	9.055	10.453
Resultado na baixa de ativo imobilizado	1.464	(156)
(Reversão) / constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	60	(688)
Constituição / (reversão) de provisão para contingências	-	1.468
	<u>1.185</u>	<u>25.504</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	5.569	11.975
Estoques	45.617	(26.054)
Ativo fiscal corrente e não corrente	(9.183)	(11.685)
Outros créditos	162	(283)
Depósitos judiciais	147	664
(Aumento)/diminuição dos passivos		
Fornecedores	(5.933)	1.899
Obrigações trabalhistas e sociais	(592)	1.368
Obrigações fiscais e tributárias e parcelamentos de impostos	1.183	3.611
Adiantamento de clientes	(6.932)	(741)
Outras contas a pagar	(58)	152
Juros pagos	(21.631)	(11.245)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(4.035)
	<u>9.534</u>	<u>(8.870)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais		
	<u>9.534</u>	<u>(8.870)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Mútuo concedido a partes relacionadas	(1.603)	-
Aquisição de intangível	(279)	(184)
Aquisição de imobilizado	(23.615)	(65.919)
	<u>(25.497)</u>	<u>(66.103)</u>
Fluxo de caixa usados nas atividades de investimento		
	<u>(25.497)</u>	<u>(66.103)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	110.193	72.651
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	(95.733)	(27.356)
Contas a pagar de partes relacionadas	(576)	395
Aumento de capital social	-	120
	<u>13.884</u>	<u>45.810</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.079)</u>	<u>(29.163)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5.936	35.099
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>3.857</u>	<u>5.936</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.079)</u>	<u>(29.163)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Delga Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”) possui sua sede no Município de Diadema, no Estado de São Paulo, representativo polo industrial do país, com filiais nos municípios de São Paulo e Ferraz de Vasconcelos, ambos no Estado de São Paulo e também em São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia opera há mais de 50 anos no mercado industrial brasileiro e tem como atividades principais a estamparia de metais em geral, fabricação de peças e acessórios para automóveis, caminhões, tratores e linha branca.

Planos de ação em andamento pela Companhia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou prejuízo no exercício e deficiência de capital de giro. Para a reversão dessa situação a Administração tem adotado várias medidas, sendo que as principais são:

- Discussão com os clientes, visando a recuperação de preços;
- Adequação do quadro de profissionais em virtude das novas condições de mercado;
- Novos negócios para a planta de Diadema;
- Plano de redução de gastos e custos;
- Renegociação com os bancos, buscando o alongamento da dívida; e
- Aporte de capital

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de agosto de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 5** - reconhecimento e mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 9** - definição de vida útil do imobilizado; e
- **Nota explicativa nº 16** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos.

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida com um ativo ou passivo separado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os custos de transação são reconhecidos nos resultados quando incorridos são reconhecidos no

resultado quando incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros classificados como mantidos para negociação incluem títulos de curto prazo da dívida soberana ativamente gerenciados pelo departamento de tesouraria da Companhia para atender às necessidades de liquidez de curto prazo.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento, baixa e mensuração*

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

(iv) *Capital social - Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

c. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição desses estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

d. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	20 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis terceiros	25 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

e. Ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

Software	1- 5 anos
----------	-----------

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que o Grupo não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros

estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h. Benefício a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Arrendamentos

(i) Ativos arrendados

Ativos mantidos pela Companhia sob arrendamentos que transferem para Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

(ii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

k. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l. Receita operacional

Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Serviços prestados

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos e impostos parcelados. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

n. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseado em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

o. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao imobilizado em andamento são capitalizados durante a fase de construção do ativo de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20(R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa	26	26
Bancos conta movimento	1.320	5.907
Aplicações financeiras	2.511	3
	<u>3.857</u>	<u>5.936</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão compostas por aplicações em fundos de investimento de renda fixa e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com remunerações médias de 95% a 101% dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). As aplicações em CDB podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

5 Contas a receber

	2014	2013
Contas a receber de clientes nacionais	23.560	27.646
Contas a receber de clientes estrangeiros	395	584
	23.955	28.230
(-) Antecipação de recebíveis (i)	(11.250)	(9.956)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(620)	(560)
	12.085	17.714

- (i) Refere-se a antecipação de recebíveis através de contrato de cessão de crédito sem coobrigação ou direito de regresso, com obrigação pela liquidação diretamente por parte dos clientes da Companhia à instituição financeira cessionária.

A Companhia vende produtos e componentes para empresas de grande porte e de substancialmente no setor automotivo, com a participação percentual e concentração por cliente abaixo demonstrada:

Cliente	% de Concentração
Volkswagen	29,73%
General Motors	22,39%
Scania	13,99%
Mercedes Benz	9,89%
Outros	24,00%
Total	100,00%

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelece limite individual de crédito e acompanha permanentemente o saldo devedor dos mesmos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e as respectivas garantias reais recebidas.

A abertura das contas a receber de clientes nacionais e estrangeiros pode ser assim demonstrada:

	2014	2013
A vencer	21.084	24.789
Vencidos:		
até 30 dias	1.744	2.458
de 31 a 90 dias	375	420
de 91 a 180 dias	119	-
há mais de 180 dias	633	563
	2.871	3.441
	23.955	28.230

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2014	2013
Saldo inicial	(560)	(1.248)
(Constituição)	<u>(60)</u>	<u>688</u>
Saldo final	<u>(620)</u>	<u>(560)</u>

6 Estoques

	2014	2013
Produtos acabados	12.916	9.263
Produtos semi acabados	11.806	14.696
Produtos em elaboração	-	916
Matérias-primas	15.186	18.348
Materiais de consumo auxiliares e outros	1.264	981
Ferramentais em construção	4.892	50.143
Adiantamento a fornecedores	4.824	2.158
	<u>50.888</u>	<u>96.505</u>

A redução na conta ferramentais em construção de 2013 para 2014, foi devido ao faturamento dos ferramentais do novo veículo da Volkswagen “UP”, que teve início de produção em fevereiro de 2014.

7 Ativo fiscal corrente e não corrente

	2014	2013
IPI a compensar	1.799	976
ICMS a recuperar	11.418	11.165
IRPJ	-	1.262
CSLL	-	453
Credito Extemporâneo (i)	11.521	-
ICMS - CIAP	3.302	1.037
Pis sobre imobilizado em andamento	1	319
Cofins sobre imobilizado em andamento	3	1.580
ICMS sobre imobilizado em andamento	66	1.943
Outros	<u>536</u>	<u>728</u>
	<u>28.646</u>	<u>19.463</u>
Circulante	15.059	6.277
Não Circulante	13.587	13.186

- (i) Em 2014 houve o levantamento de créditos tributários IPI, IRPJ, CSLL e PIS/COFINS) não aproveitados nos últimos 5 anos (período de 2010 a 2014) que resultou na contabilização de créditos extemporâneos.

8 Transações com partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2014 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou R\$ 855 (R\$ 827 em 2013) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

Controladora

A controladora da Companhia é a Delga Participações S.A., que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar representam principalmente operações de empréstimos em forma de mútuo tendo por objetivo suprir recursos para a manutenção das atividades operacionais, com vencimento predefinido, renovado automaticamente. Conforme pactuado entre as partes, atualmente, a relação de mútuo não há a incidência de encargos financeiros.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

a. Ativo circulante

Mútuo a receber partes relacionadas

	2014	2013
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	1.544	1.353
Fobrasa Comércio de Maquinas Ltda	1.412	-
	2.956	1.353

b. Passivo circulante

Mútuo a pagar partes relacionadas (Nota 10)

	2014	2013
Delga Participações S.A	40	40
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	-	575
	40	615

c. Resultado

	2014	2013
Delga Participações S.A. - Aluguel de instalações	2.208	2.068
Fobrasa Com. de Máquinas Ltda. - Aluguel de instalações	343	-
Tmet Estamparia Pesada Ltda. - Serviços Tomados	222	-
	2.773	2.068

Conforme contratos, os reajustes são anuais e com base nos índices que registre a real inflação na data de vencimento de cada contrato.

- Delga - Diadema - Vencimento Outubro/15 - 6,72 - ICV/Diese
- Delga - Diadema - Vencimento Junho/15 - 7,9832 - IGPM

- Delga - Filial Ferraz - Vencimento Setembro/15 - 6,916 - IGPM
- Fobrasa - Rua Almirante Lobo - Vencimento Novembro/15 - 6,59 - INPC/IBGE
- Fobrasa - Rua Piratininga - Vencimento Junho/15 - 7,9832 - IGPM

As operações mercantis entre empresas ligadas, efetuadas em condições acordadas entre as partes.

9 Ativo imobilizado

A movimentação do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

a. Custo

	31/12/13	Adições	Baixas	Transferencia	31/12/14
Terrenos	5.232	-	(3.541)	-	1.691
Edifícios	19.106	-	(4.290)	338	15.154
Instalações	9.549	-	-	1.313	10.862
Máquinas e equipamentos	125.522	262	(517)	34.935	160.202
Móveis e utensílios	1.225	48	(2)	156	1.427
Veículos	2.198	147	(235)	-	2.110
Equipamentos CPD	2.830	30	(20)	32	2.872
Aparelhos e acessórios	6.261	18	-	40	6.319
Benfeitorias em imóveis	250	-	-	446	696
Veículos industriais	480	-	(2)	-	478
Instalações administrativas	156	7	-	163	326
Embalagens Industriais	-	-	-	4.071	4.071
Ferramentas	878	-	-	-	878
Software	3.393	278	-	137	3.808
Marcas e patentes	37	1	-	-	38
Imobilizações em andamento	74.792	23.103	(299)	(41.631)	55.965
Juros capitalizados	4.558	9.529	-	-	14.087
Total do custo	256.467	33.423	(8.906)	-	280.984

b. Depreciação

	Taxa de depreciação %		31/12/13	Adições	Baixas	31/12/14
	a.a.					
Edifícios	4	(7.325)	(572)	2.489	(5.408)	
Instalações	10	(7.628)	(341)	-	(7.969)	
Máquinas e equipamentos	5	(48.276)	(6.143)	442	(53.977)	
Móveis e utensílios	10	(803)	(105)	-	(908)	
Veículos	20	(1.004)	(295)	91	(1.208)	
Equipamentos CPD	20	(2.175)	(229)	19	(2.385)	
Aparelhos e acessórios	10	(2.094)	(612)	-	(2.706)	
Veículos industriais	20	(452)	(22)	3	(471)	
Embalagens Industriais	10	-	(34)	-	(34)	
Software		(2.672)	(422)	-	(3.094)	
Instalações administrativas	20	(72)	(26)	-	(98)	
Ferramentas	10	(585)	(62)	-	(647)	
Total da depreciação		(73.087)	(8.862)	3.044	(78.905)	
Imobilizado líquido		183.380	24.561	(5.862)	202.079	

Outras considerações

Em 2003, a Companhia reconheceu a reavaliação de bens baseada em laudo emitido por peritos independentes.

A Companhia avalia a aplicação da revisão da vida útil-econômica dos itens do ativo imobilizado e concluiu que as taxas de depreciação e amortização utilizadas estão adequadas.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia tinha imóveis dados em garantia de debêntures, no valor líquido contábil de R\$9.023.

Os custos capitalização de empréstimos na rubrica de imobilizado em andamento totalizaram no exercício findo de 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 14.087 (R\$ 4.558 em 2013).

10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	2014	2013
Finame	16.244	19.370
Capital de giro	29.939	35.558
Capital de giro - moeda estrangeira	3.561	11.112
Arrendamento mercantil	296	973
BNDES	33.100	28.850
Debêntures	88.425	63.714
Delga Participações S.A. (Nota 8)	40	40
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda. (Nota 8)	-	575
	<hr/>	<hr/>
Total	171.605	160.192
Passivo circulante	43.232	59.605
Passivo não circulante	<u>128.373</u>	<u>100.587</u>

O vencimento do passivo não circulante pode ser assim demonstrado

Período	2014	2013
2015	-	40.474
2016	41.601	27.978
2017	33,794	27.544
2018	30.496	4.591
2019	15.862	-
2020	<u>6.620</u>	<u>-</u>
	<hr/>	<hr/>
	<u>128.373</u>	<u>100.587</u>

Aquisição de ativo imobilizado - FINAME

Financiamentos obtidos para investimento em máquinas e equipamentos que possuem taxas de juros anuais variando de 4,50% a 11,70%. - Vencimento 15/07/2018.

Capital de giro (PROGEREM - BNDES -BRASIL)

Os empréstimos possuem taxas de juros anuais de, 3,4% a.a + TJLP - Vencimento 15/09/2021.

Capital de giro - Moeda estrangeira

Os empréstimos possuem taxas de juros anuais de, aproximadamente, LIBOR 0,15% a 0,75% ao ano e correção pela taxa cambial. - Vencimento 05/08/2017.

Arrendamento mercantil

Captações aplicadas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros que possuem taxas de juros anuais de, aproximadamente, 15,99% a 26,23%. - Vencimento 02/07/2016.

Debêntures

As principais características das debêntures privadas não conversíveis em ações são:

Em 14 de abril de 2014 foi efetuada a 2ª emissão das debentures com a liquidação da 1ª emissão

Classificação da emissão:	2ª emissão
Data da emissão:	14 de abril de 2014
Data final da liquidação:	14 de maio de 2019
Quantidade:	90
Valor total da emissão:	R\$90.000
Espécie:	A definir, em comum acordo entre as Partes, devendo ser, pelo menos, da espécie quirografária e nunca subordinada.
Forma :	Não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de certificado
Remuneração mensal :	Série I - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +4,23% a.a. Série II - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +4,27% a.a.
Pagamento da remuneração mensal:	Mensalmente, a partir de 12 de maio de 2015. R\$90.000 serão pagos em 48 parcelas iguais e mensais a partir de 12/05/2015, junto com a remuneração mensal.
Pagamento do principal:	Fiança da controladora, da coligada e dos acionistas da Companhia e imóveis próprios e de empresas ligadas.
Garantias :	Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 3,00 em 2014.
Obrigações adicionais - Índices financeiros (testados todo final de ano):	Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,75 em 2015. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,50 em 2016. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,25 de 2017 a 2019 .
Obrigações adicionais - Outras	Não transformar a sociedade em limitada (Ltda.), não efetuar pedido de recuperação judicial ou falência, entre outros.

As debêntures estão classificadas nas demonstrações financeiras pelo seu valor original, acrescido da remuneração mensal e deduzido do valor dos custos necessários da transação, conforme novas práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão segregados entre curto e longo prazos, com vencimento final em 12/05/2019, conforme seguem:

	RS
Parcela de curto prazo	12.895
Parcela de longo prazo	<u>75.530</u>
Total	<u>88.425</u>

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 2.224 (R\$ 524 mil em 2013) os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia mantém em seus empréstimos, financiamentos e debêntures, garantias e restrições usuais de mercado. Os covenants relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão relacionados ao cumprimento de índices financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora da Companhia Delga Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia atingiu as cláusulas contratuais exigidas pelos debenturistas, exceto em relação ao índice financeira de endividamento. Conforme previsto na cláusula 5.3.1.1 (xxiv), item (a), a dívida financeira líquida não poderia ter excedido em 3,0 vezes o EBITDA. A Companhia obteve a anuência (Waiver) juntos aos debenturistas no dia 06 de agosto de 2015. Para maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 24.

Garantias

As linhas de financiamentos, exceto as debêntures comentadas anteriormente, possuem como garantia os próprios bens, notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

Foram dados em garantia das debêntures imóvel no valor líquido contábil de R\$9.023 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 3.269 em 2013).

11 Fornecedores

	2014	2013
Fornecedores nacionais	34.631	36.275
Fornecedores do exterior	1.981	6.843
Outros	-	3
	<u>36.612</u>	<u>43.121</u>
Circulante	36.612	39.839
Não Circulante	-	3.282

Os fornecedores estão representados por obrigações por compra de insumos para utilização no processo produtivo e de prestadores de serviços em geral.

12 Obrigações trabalhistas e sociais

	2014	2013
Ordenados e salários	2.613	2.548
Encargos sociais - INSS e FGTS	2.255	2.280
Provisão de férias e encargos	9.841	10.540
Outras obrigações trabalhistas	1.302	1.235
	<u>16.011</u>	<u>16.603</u>

13 Obrigações fiscais e tributárias

	2014	2013
ICMS	2.861	-
ISS	21	28
IRRF	13	16
INSS	60	79
PIS/COFINS	1.886	166
	<u>4.841</u>	<u>289</u>

14 Parcelamentos de impostos

Curto Prazo	2014	2013
Parcelamentos tributários - ICMS	13.869	12.103
Parcelamentos tributários - IPTU	-	40
Parcelamentos tributários - ISS	-	66
Parcelamento RFB Lei 12.966/2014	3	-
Parcelamento INSS Lei 11.941/09	813	756
Parcelamento RFB Lei 11.941/09	1.189	1.106
Parcelamento de processos trabalhistas	57	52
Total	15.931	14.123
Longo Prazo	2014	2013
Parcelamentos tributários - ICMS	4.981	9.114
Parcelamentos RFB Lei 12.966/2014	2	-
Parcelamento INSS Lei 11.941/09	1.761	2.393
Parcelamento RFB Lei 11.941/09	10.504	10.875
Parcelamento de processos trabalhistas	109	152
	17.357	22.534

Parcelamentos tributários

Entre 2007 e 2014, a Companhia protocolou diversos pedidos de parcelamentos de débitos estaduais relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para amortização em períodos que variam de 7 a 37 meses. Referidos parcelamentos são atualizados pela taxa SELIC e vem sendo pago de acordo com os cronogramas deferidos.

Em 25 de novembro de 2009, a Companhia optou por transferir todos os débitos existentes no parcelamento PAES federal para o novo programa de parcelamento instituído por meio da Lei nº 11.941/09, chamado de REFIS IV.

REFIS IV

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil “RFB” instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de “REFIS IV”. A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial.

Em 25 de novembro de 2009, a Companhia formalizou a opção pelo referido parcelamento, em até 180 meses, e até esta data vem cumprindo rigorosamente os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada com a inexistência de atraso no pagamento das prestações.

O parcelamento está constituído de acordo com as regras previstas na referida Lei sendo que, em 31/12/13, restavam para a Companhia de 12 a 26 parcelas a serem pagas relativas ao débito referente ao parcelamento com saldo remanescente (anteriormente PAES), de 62 a 118 parcelas a serem pagas relativas ao débito referente débitos de IRPJ e CSLL, e de 38 a 62 parcelas a serem pagas relativas à débitos de INSS.

15 Adiantamento de clientes

Refere-se a valores recebidos em 2014 R\$ 7.440 (em 2013 14.372) a título de adiantamento de clientes por conta de pedidos de produção de peças e mercadorias que serão faturadas e entregues no exercício subsequente.

16 Provisões para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, esta sujeita a processos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

A administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Natureza	31/12/2013	Adições	31/12/2014
Trabalhistas	1.468	-	1.468
	<u>1468</u>	<u>-</u>	<u>1.468</u>

A Companhia possui depósitos judiciais nos montantes de R\$1.957, em 31 de dezembro de 2014 (R\$2.104 em 2013), para fazer face aos processos atualmente discutidos judicialmente.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui contingências no montante de R\$ 3.149 (R\$ 6.662 em 2013) cuja expectativa de perda está classificada como possível, na opinião de seus consultores jurídicos. Portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

17 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é de R\$39.379 (R\$39.439 em 2013), representado por 39.378.391 Ações Nominativas (39.438.876 ações nominativas em 2013) no valor nominal unitário de R\$1,00 cada uma, integralmente subscrito e integralizado pelos sócios, cuja abertura é conforme segue:

Sócio-Acionista	2014	2013
Delga Participações S.A.	39.378.389	39.438.874
Maria Ione Victtolo Delgado	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>39.378.391</u>	<u>39.438.876</u>

Em março de 2014 foi aprovado redução de capital no valor de R\$ 60, passando o mesmo de R\$39.439 para R\$39.379, mediante o cancelamento de 60.485 ações nominativas no valor nominal de R\$1,00 cada uma integralmente subscritas e integralizadas pela acionista Delga Participações S.A. Essa redução foi liquidada pela transferência de um terreno no montante total de R\$ 4.398 sendo R\$ 60 referente ao custo original do bem e de R\$ 4.338 referente a reavaliação do mesmo.

Reserva legal

De acordo com o estatuto da Companhia, deverão ser aplicados 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício na constituição de reserva legal, até que o seu montante atinja 20% (vinte por cento) do capital social.

Reserva de reavaliação

Refere-se à reavaliação de terrenos, edifícios e construções e máquinas e equipamentos efetuada pela Companhia em 2003, baseada em laudo emitido por peritos independentes. Atendendo as disposições legais, foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo da reserva de reavaliação, que está classificada no passivo não circulante nestas demonstrações financeiras.

Política de dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

18 Receita operacional líquida

	2014	2013
Receita de venda de mercadorias	555.019	563.535
Receita de Prestação de Serviços	47	946
Deduções da receita - impostos incidentes e outros	<u>(124.882)</u>	<u>(128.693)</u>
Receita operacional líquida	<u>430.184</u>	<u>435.788</u>

19 Despesas administrativas, comerciais e gerais

	2014	2013
Despesa com pessoal	(10.056)	(9.325)
Serviços de consultoria	(360)	(585)
Gastos mercadológicos	(297)	(746)
Depreciações e amortizações	(624)	(573)
Seguros	(335)	(253)
Gastos com tecnologia da informação	(2.087)	(2.268)
Impostos e taxas	(119)	(738)
Despesas gerais	<u>(1.525)</u>	<u>(190)</u>
	<u>(15.403)</u>	<u>(14.678)</u>

20 Resultado financeiro

Despesas financeiras

	2014	2013
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(12.355)	(8.013)
Juros, descontos e IOF	(4.954)	(3.253)
Tarifas bancárias	(189)	(475)
Variação cambial passiva	(2.781)	(5.403)
Variação monetária dos empréstimos e financiamentos	(2.453)	(3.853)
Outras despesas financeiras	<u>(1.045)</u>	<u>(627)</u>
	<u>(23.777)</u>	<u>(21.624)</u>

Receitas financeiras

	2014	2013
Juros e descontos	307	516
Rendimentos de aplicações financeiras	81	239
Variação monetária ativa	261	97
Variação cambial	2.771	5.506
Outras receitas financeiras	89	-
	<u>3.509</u>	<u>6.358</u>

21 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, está apresentada como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
(Prejuízo) Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(18.256)	7.224
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	6.207	(2.456)
Adição permanente de despesas não dedutíveis		
Adição Reserva de Reavaliação	(5.378)	(477)
Outros	(58)	-
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	-	(3.405)
Diferido	771	472
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	771	(2.933)
Alíquota efetiva	4,2%	40,6%

b. Composição dos passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (ii) aos efeitos gerados pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2014	2013
Reserva de reavaliação	-	(640)
Depreciação	(1.454)	(1.585)
Passivo fiscal diferido	(1.454)	(2.225)

- (i) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos saldos de diferenças temporárias, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e possa utilizar os benefícios destes.

22 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2014, era de R\$ 620 representando 2 % do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2013, esta provisão era de R\$ 560, representando 2 % do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

Ativo	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	1.346	5.933
Aplicações financeiras	2.511	3
Contas a receber de clientes	12.085	17.714
Mútuos a receber de partes relacionadas	2.956	1.353
Outros créditos	916	1.078
	<u>19.814</u>	<u>26.081</u>

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Delga.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2014:

	Valor contábil	Até 1 ano	Superiores há 1 ano
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	1.346	1.346	-
Aplicações financeiras	2.511	2.511	-
Contas receber de clientes	12.085	12.085	-
Outros créditos	916	793	123
Mútuos a receber de partes relacionadas	2.956	-	2.956
	<u>19.814</u>	<u>16.735</u>	<u>3.079</u>
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	171.565	61.086	183.015
Fornecedores	36.612	36.612	-
Mútuos a pagar partes relacionadas	40	-	40
Outras contas a pagar	534	534	-
	<u>208.751</u>	<u>80.338</u>	<u>128.413</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor contábil	
	31/12/2014	31/12/2013
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	2.511	3
	2.511	3
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	171.565	159.577
	171.565	159.577

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2014	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	2.511	Variação do CDI	10,81%	271	339	407	203	136
2 - Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(171.565)	Variação do CDI	10,81%	(18.546)	(23.182)	(27.819)	(13.909)	(9.273)
1 + 2		Efeito		(18.275)	(22.843)	(27.412)	(13.706)	(9.137)
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2013	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	3	Variação do CDI	8,06%	-	-	-	-	-
2 - Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(159.577)	Variação do CDI	8,06%	(12.862)	(16.077)	(19.293)	(9.646)	(6.431)
1 + 2		Efeito		(12.862)	(16.077)	(19.293)	(9.646)	(6.431)

Risco de taxa de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras denominadas em uma moeda diferente da sua moeda funcional. A moeda na qual essa transação é denominada é Dólar Americano. A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros para se proteger do risco de moeda, tais como a contratação de operações de hedge, devido a administração da Companhia entender que esse risco não é significativo.

A Companhia não possui recebíveis sujeitos a flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Com relação a outros passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável.

A exposição da Companhia ao risco da moeda estrangeira foi a seguinte:

	2014	2013
<i>(em milhares de USD)</i>		
Fornecedores do exterior	(823)	(2.922)
	(823)	(2.922)

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

	Taxa à vista		Taxa média	
	2014	2013	2014	2013
USD	2,6562	2,3426	2,3531	2,156

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado consolidado do Grupo na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

		Cenários				
		I -Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
	Risco					
Fornecedores no exterior	Valorização Dólar	(823)	(1.029)	(1.235)	(617)	(412)
	Efeito	<u>(823)</u>	<u>(1.029)</u>	<u>(1.235)</u>	<u>(617)</u>	<u>(412)</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Gerenciamento do capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2014
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	1.346	-	1.346
Aplicações financeiras	4	2.511	-	-	2.511
Contas a receber de clientes	5	-	12.085	-	12.085
Outros créditos		-	916	-	916
Mútuos a receber partes relacionadas	8	-	2.956	-	2.956
Total		2.511	17.303	-	19.814
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	171.565	171.565
Fornecedores	11	-	-	36.612	36.612
Mútuos a pagar partes relacionadas	8	-	-	40	40
Outras contas a pagar		-	-	534	534
Total		-	-	208.751	208.751
	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2013
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	5.933	-	5.933
Aplicações financeiras	4	3	-	-	3
Contas a receber de clientes	5	-	17.714	-	17.714
Outros créditos		-	1.078	-	1.078
Mútuos a receber partes relacionadas	8	-	1.353	-	1.353
Total		3	26.078	-	26.081
Passivos					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	159.577	159.577
Fornecedores	11	-	-	43.121	43.121
Mútuos a pagar partes relacionadas	8	-	-	615	615
Outras contas a pagar		-	-	592	592
Total		-	-	156.736	156.736

Valor justo

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor

contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos e financiamentos é demonstrado abaixo:

Passivos	31/12/2014	
	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos, financiamentos e debentures	171.565	244.101

Os valores justos de empréstimos e financiamentos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&F Bovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

Nível 2 - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

23 Outros assuntos

A Companhia efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração não optou pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

24 Eventos subsequentes

Em 6 de agosto de 2015, ocorreu a Assembleia Geral de Debenturistas que entre outras deliberações, (i) aprovou a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures em razão do descumprimento do índice financeiro previsto na alínea “a” do inciso “xxiv”, item 5.3.1.1 da Escritura, sendo certo que tal deliberação é válida somente para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 e não implica renúncia ao direito dos Debenturistas de exigir o cumprimento da obrigação descrita neste item nos exercícios posteriores; (ii) aprovou a exclusão do índice financeiro previsto na alínea “b” do inciso “xxiv”, do item 5.3.1.1 da Escritura, qual seja, “Endividamento Financeiro Líquido/EBITDA menor ou igual a 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos)”, em relação, exclusivamente, ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, sendo certo que tal ajuste não afetará a obrigação da Emissora de cumprir com o referido índice financeiro nos exercícios sociais posteriores ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; (iii) exclusivamente em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, aprovou a não decretação de vencimento antecipado das Debêntures em razão do atraso na entrega, ao Agente Fiduciário, das Demonstrações Financeiras, que deverá ser entregue até dia 31 de agosto de 2015; (iv) aprovou a alteração dos percentuais do Valor Nominal Unitário das Debêntures da primeira e da segunda séries a serem amortizados, bem como das datas de amortização das Debêntures da primeira e da segunda séries, de modo que todas as parcelas posteriores a 15 de julho de 2015 sejam ajustadas, conforme tabela preestabelecida. Em razão da aprovação do presente item (iv), foi aprovada a prorrogação da data de vencimento das Debêntures da primeira série, passando esta de 12/05/2017 para 12/11/2017 e (v) aprovou a inclusão do item (xxv) na cláusula 5.3.1.1 da Escritura para fazer constar como hipótese de vencimento antecipado automático das Debêntures a realização de um aporte de capital na Companhia, pelos acionistas da Companhia, até a data limite de 31 de dezembro de 2015, no valor mínimo de R\$ 10.000 (dez milhões de reais).

Antonio Augusto Delgado Junior
Diretor Presidente

Luiz Nogueira dos Santos
Diretor Administrativo Financeiro

Carlos Barboza
Contador CRC 1SP164770/O-0